



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	10531/2023
Data do Início	19/05/2023
Folha	22
Rubrica	

Processo nº 10531/2023

PARECER GPG N.º 461/PGM/2023
IMPUGNAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL
N.º 19/2023
ANÁLISE DE LEGALIDADE

Data: 30/05/2023

I - RELATÓRIO

Trata-se o presente de IMPUGNAÇÃO ao Edital do PREGÃO PRESENCIAL N.º 19/2023, que tem por objeto, resumidamente, a prestação do serviço de gestão de mão de obra de cozinheiro, copeiro, copeiro de lactário e auxiliar de almoxarife no município de Maricá, através de registro de preços, interposto pela empresa JAS SERVIÇOS DE APOIO EIRELI - ME, conforme razões que expõe em sua exordial.

Resumidamente a recorrente alega:

- 1 – IMPOSSIBILIDADE DE ESTABELECEER VALOR MÍNIMO DE SALÁRIO;
- 2 – NECESSIDADE DE PREVISÃO DE QUANTITATIVO DE NUTRICIONISTA NA PROPOSTA DE PREÇOS;

É o relatório.

II - DO MÉRITO

A Impugnante alega a impossibilidade da administração estabelecer piso salarial mínimo para as categorias profissionais, em licitação para prestação de mão de obra.

Sobre o tema, inferimos que existe essa possibilidade em duas ocasiões:

- 1) as atividades que serão desenvolvidas no contrato sejam mais complexas do que as atividades usualmente executadas pela categoria profissional em questão; e
- 2) os novos pisos salariais estejam embasados em ampla pesquisa de mercado que comprove que o mercado paga valor superior ao mínimo da categoria para o exercício de atividades similares.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	10531/2023
Data do Início	19/05/2023
Folha	23
Rubrica	

Entendimento que se pode extrair da leitura do julgado abaixo:

“Acórdão 2758/2018 - Plenário

1. É possível exigir piso salarial mínimo acima daquele estabelecido em convenção coletiva de trabalho, desde que o gestor comprove que os patamares fixados no edital da licitação são compatíveis com os preços pagos pelo mercado para serviços com tarefas de complexidade similar.

PLENÁRIO 1. É possível exigir piso salarial mínimo acima daquele estabelecido em convenção coletiva de trabalho, desde que o gestor comprove que os patamares fixados no edital da licitação são compatíveis com os preços pagos pelo mercado para serviços com tarefas de complexidade similar. Representação formulada por licitante, como pedido de medida cautelar inaudita altera parte, apontou possível ocorrência de irregularidades no Pregão Eletrônico 50/2018, realizado pelo Senado Federal para a contratação de empresa de prestação de serviços de apoio administrativo nas dependências do complexo arquitetônico e nas residências oficiais do órgão. Entre as irregularidades suscitadas, mereceu destaque o estabelecimento indevido de preços mínimos para salários, com valores superiores aos fixados nas convenções coletivas de trabalho das categorias e aos preços de mercado. Após realização de oitiva regimental e diligência para obtenção de informações adicionais, a unidade técnica concluiu que, de fato, não haveria justificativa plausível para a fixação de salários em percentual consideravelmente superior aos mínimos estabelecidos nas convenções coletivas de trabalho para as categorias. Todavia, entendeu que a cautelar não poderia ser concedida, pois estava configurado o perigo da demora reverso, uma vez que os serviços eram imprescindíveis, o contrato de prestação de serviço vigente no Senado estava prestes a se encerrar e o TCU havia determinado ao órgão, em fiscalização anterior, que se abstinhasse de prorrogá-lo. Em seu voto, o relator anuiu às conclusões da unidade técnica, anotando inicialmente que “o contrato decorrente do Pregão Eletrônico 50/2018 foi assinado em 29/6/2018, com vigência prevista até 28/6/2019, o que significa dizer que a concessão de uma medida cautelar, nesse momento, para suspender o contrato atual, deixaria o Senado Federal sem os serviços imprescindíveis. Ademais, embora o edital fixasse patamares superiores à convenção correspondente, verifico que a disputa da fase de lances do pregão permitiu certo desconto em relação ao valor estimado inicialmente”. Em relação ao mérito, o relator assinalou que o



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	10531/2023
Data do Início	19/05/2023
Folha	24
Rubrica	

Senado Federal não conseguiu justificar suficientemente a fixação de salários no edital em patamares superiores aos pisos das categorias. Nesse sentido, ele destacou que “os postos de trabalho a serem preenchidos por meio da contratação em relevo eram os de encarregado geral, copeiro, contínuo, cozinheira, arrumadeira, lavadeira/passadeira, ajudante de cozinha, chaveiro, auxiliar de serviços gerais, garçom, apoio administrativo I e apoio administrativo II, e que o edital exigia, para a maioria dessas categorias, apenas o ensino fundamental completo, com exceção do encarregado geral e dos apoios administrativo I e II, para os quais se requer o ensino médio.” Para o relator, não houve motivação, no procedimento licitatório ou no processo em apreciação, com base na complexidade das tarefas exigidas, para a fixação de salários acima dos valores mínimos previstos em 2 convenção coletiva. E que não se justificava o argumento do Senado Federal de que haveria necessidade de que os serviços fossem executados por profissionais melhor qualificados, dada a localização na qual são prestados – Senado Federal –, palco de diversos eventos nacionais e internacionais, em que se recebe diariamente autoridades de outros órgãos e países. Salientou o relator que “seria necessário demonstrar, com base em pesquisa de mercado de serviços com tarefas exercidas em condições similares, que a complexidade das tarefas envolvidas requer um pagamento superior ao mínimo. Não basta a alegação geral de que é necessária mão de obra mais qualificada. É preciso consignar, com clareza, as atividades que seriam, efetivamente, mais complexas do que aquelas comumente oferecidas pelo mercado, a fim de justificar a elevação dos salários paradigma para a contratação. Prosseguindo o seu raciocínio, relator afirmou que “uma vez caracterizada a complexidade dos serviços demandados, o órgão também precisa fundamentar os reflexos financeiros dessa complexidade nos salários a serem pagos. Para tanto, é necessário realizar pesquisa de mercado levando-se em consideração condições semelhantes de contratação. No entanto, no caso concreto, consignou que ao se comparar os salários praticados por contratos semelhantes no mercado verificou-se a inadequação dos valores mínimos fixados no edital. Em conclusão, o relator asseverou que, “embora seja possível flexibilizar, em algumas situações, a regra de vedação à fixação de piso salarial mínimo para as contratações de serviços, não basta para esse propósito a simples alegação de que as tarefas a serem desenvolvidas são mais complexas. É necessário que o gestor comprove que, para o tipo de tarefa exigida, o mercado paga preços acima do mínimo estabelecido em convenções coletivas de trabalho. Em outras palavras, é preciso que o gestor comprove que os patamares fixados no edital estão compatíveis com os preços pagos pelo



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	10531/2023
Data do Início	19/05/2023
Folha	25
Rubrica	

mercado em situações de complexidade semelhante, à luz do art. 3º da Lei 8.666/1993”. Acolhendo o voto do relator, o Plenário julgou parcialmente procedente a representação, ao mesmo tempo em que indeferiu a concessão da cautelar requerida pelo representante, determinando, ainda, dentre outras providências, que o Senado Federal “se abstenha de prorrogar o contratado decorrente do certamente e adotem, no curso de sua vigência, as providências necessárias à realização de novo certame licitatório, a exemplo da realização de pesquisas de mercado (em outras contratações públicas) e em convenções coletivas de trabalho, a fim de definir os salários-base das categorias de profissionais a serem contratados em nova licitação, de modo a expurgar do futuro certame a possibilidade de ocorrência das irregularidades observadas no Pregão Eletrônico 50/2018, promovendo, assim, a compatibilidade com as atividades a serem desempenhadas e a qualificação exigida;”. Acórdão 2758/2018 Plenário, Representação, Relator Ministro Bruno Dantas”.

Não obstante, o questionamento da impugnante também paira sobre a indicação de CCT específica a ser obrigatoriamente utilizada pelas licitantes. O que não parece corresponder com a realidade dos fatos, tendo em vista que a municipalidade indicou apenas o salário base daquelas CCTs, não vinculando a utilização dos demais itens da mesma. Salvo melhor juízo, nada obsta que a licitante utilize a sua própria CCT, alterando somente o valor do salário base a ser pago aos seus empregados, o que deve ser devidamente esclarecido pela secretaria.

Além do mais, para que a secretaria de Educação mantenha a estipulação e salário base mínimo deve comprovar que o caso preenche os requisitos da exceção, conforme acórdão acima. Pois, apenas em caráter excepcional, o TCU admite a fixação de salários acima do piso da categoria, desde que haja a devida fundamentação, vinculada às condições concretas de mercado que respaldem as justificativas apresentadas na fase interna da licitação.

Não obstante a necessária avaliação da vedação objetiva estabelecida no inciso X do art. 40 da Lei nº 8.666/1993, a busca pela proposta mais vantajosa para a Administração é outro forte pressuposto que conduz o TCU ao entendimento de ser a regra a impossibilidade de fixação de salários mínimos superiores ao piso da categoria. Nesse sentido, cumpre destacar alguns trechos do voto do Min. Augusto Sherman no Acórdão nº 2.144/2006-Plenário:

[...]



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	10531/2023
Data do Início	19/05/2023
Folha	26
Rubrica	

43. A fixação, no edital de licitação, de valor mínimo para remuneração de prestadores de serviço praticamente retira a margem de variação a menor das propostas de preços a serem ofertadas, uma vez que a remuneração da mão-de-obra, em regra, tem um altíssimo peso no custo total desses contratos. Assim, pode-se dizer que tal valor mínimo impede que o critério de julgamento pelo preço seja avaliado em sua amplitude, uma vez que as propostas ficam limitadas ao valor mínimo estipulado, de maneira que não serão apresentadas propostas exequíveis com preços menores aos estipulados. Estas propostas que não serão apresentadas, sob pena de desclassificação, são justamente as propostas mais vantajosas para Administração. São justamente as que atendem à finalidade da Lei 8.666/93 e ao interesse público. Nesse sentido, não me resta dúvida sobre o acerto da jurisprudência anterior desta Corte, que vedava a fixação de valores mínimos para mão-de-obra nos editais, salvo para as categorias mencionadas no item anterior.

[...]

46. Além disso, a simples fixação de valor mínimo para a remuneração não garante à Administração a prestação do serviço por profissionais mais qualificados. Essa garantia se obtém fixando-se no edital e no contrato, como já se disse, com clareza e precisão, os requisitos técnicos do profissional de que a Administração necessita, além da exigência durante a execução contratual de comprovação, pela contratada, do cumprimento de tais requisitos.

Tal entendimento foi incorporado no inciso VI do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017, em atenção às recomendações exaradas pelo TCU:

Art. 5º É vedado à Administração ou aos seus servidores praticar atos de ingerência na administração da contratada, a exemplo de:

[...]

VI - definir o valor da remuneração dos trabalhadores da empresa contratada para prestar os serviços, salvo nos casos específicos em que se necessitam de profissionais com habilitação/experiência superior a daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria, desde que justificadamente;



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	10531/2023
Data do Início	19/05/2023
Folha	27
Rubrica	

A jurisprudência do TCU firmou-se no sentido de ser admitida a exigência de "piso salarial mínimo acima daquele estabelecido em convenção coletiva de trabalho, desde que o gestor comprove que os patamares fixados no edital da licitação são compatíveis com os preços pagos pelo mercado para serviços com tarefas de complexidade similar" (Acórdão nº 2.758/2018-Plenário).

Sobre a necessidade de prever os custos do profissional nutricionista, a necessidade do referido profissional é questão técnica. De todo modo, inferimos que por se tratar de um custo a ser suportado pela futura contratada, deve ser ponderada e justificada pela secretaria a inexistência da inclusão desse profissional na formação dos custos.

De acordo com o artigo 7º da lei 8.666/93 para que seja licitado o serviço, deve constar do processo administrativo planilha que demonstre todos os custos.

‘Art. 6º (...)

IX - Projeto Básico - conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

(...)

f) orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados; (...)

Art. 7º (...)

§ 2º As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando: (...) II - existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários.’

Por conseguinte, deve ser ponderado pelo órgão consultante a importância do profissional nutricionista para o objeto a ser contratado, elucidando minuciosamente as razões de cunho técnico e normatizações que eventualmente embasem a não inserção no custo do serviço, tendo em vistas a disposição normativa supracitada.

De todo modo, esta especializada não possui expertise técnica da área em comento, cabendo a secretaria justificar a sua decisão, com observância das jurisprudências acima.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	10531/2023
Data do Início	19/05/2023
Folha	28
Rubrica	

III - CONCLUSÃO

Desta forma, em relação ao impugnado, cabe à Autoridade Competente, no caso o Ordenador de Despesas, proferir a decisão técnica quanto ao pedido, devidamente justificada e fundamentada, **sendo a presente manifestação de caráter orientador e opinativo.**

Este é o entendimento s.m.j.

À Secretaria de Educação,

Munique Mello de Andrade

Assessora

Matrícula: 108.268

Villy Teixeira Silva

Assessor

Mat. 106.264

Fabício Monteiro Porto

Procurador-Geral do Município



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo n.	10531/2023
Data de Início	19/05/2023
Folha	27
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

Processo n. 10531/2023

Impugnação ao Pregão Presencial n. 019/2023

À Comissão Permanente de Licitação (CPL),

A **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, vem, em atenção ao parecer GPG n. 461/PGM/2023, às fls. 22-28, bem como ao indicado pela Comissão Permanente de Licitação, às fls. 19-21, informar e requerer o que segue.

Trata-se de impugnação ao edital do pregão presencial n. 019/2022, relativo à contratação de empresa para prestação de serviço contínuo de gestão de mão de obra de cozinheira, copeiro, copeiro lácteo e almoxarife, pelo Sistema de Registro de Preços, interposto pela empresa **JAS SERVIÇOS DE APOIO EIRELLI-ME – CNPJ n. 16.909.753/0001-54**, em que impugna:

- a) Impossibilidade de estabelecer valor mínimo de salário; e
- b) Necessidade de previsão de quantitativo de nutricionista na proposta de preço.

A Comissão Permanente de Licitação manifestou-se às fls. 19-21, pelo conhecimento da impugnação e, quanto ao mérito, remeteu os autos para análise da Procuradoria Geral do Município, com posterior remessa à Secretaria Requisitante, por se tratar de questões relativas à discricionariedade do gestor.

A Procuradoria Geral do Município se manifestou de forma semelhante, remetendo os autos à Secretaria Requisitante, para que se manifeste acerca da fixação dos valores dos salários.

É o relatório.

No mérito, ao se analisar os fatos suscitados pela impugnação, entende-se que não merecem prosperar as alegações trazidas pela impugnante.

Com efeito, a impugnante sustenta que há vedação à fixação dos salários, uma vez que a con-



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo n.	10531/2023
Data de Início	19/05/2023
Folha	310
Rubrica	8

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

-tratação em análise não se enquadra na hipótese trazida em suas razões. Em que pesem os argumentos apresentados, os argumentos não podem prosperar, pois: **a) não há qualquer vedação ou determinação de vinculação à convenção coletiva utilizada para a composição dos custos; b) a fixação dos salários não constitui qualquer ilegalidade, uma vez que o preço do serviço não se resume à remuneração dos funcionários.**

Optamos por alterar a redação do item n. 13 do termo de referência, relativo à apresentação das propostas, incluindo-se que **as empresas licitantes deverão observar o salário paradigma estabelecido pela Convenção Coletiva 2022/2023 formalizada entre os sindicatos dos empregadores (SEAC-RJ) e das categorias profissionais envolvidas na prestação dos serviços (SINTACLUNS).** Tal hipótese encontra respaldo em farta jurisprudência do Tribunal de Contas da União, utilizada como parâmetro interpretativo para a presente contratação.

Destaca-se que a presente contratação se dará por postos de trabalho, com fundamento nas disposições da Instrução Normativa n. 05, de 25 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, sendo autorizada a indicação de salário paradigma de acordo com o Acórdão n. 290/2006, Rel. Min. Augusto Nardes, Plenário, j. 15.03.2006, do Tribunal de Contas da União.

Segundo o julgado, é possível o estabelecimento de valores mínimos para os salários dos empregados sem que ocorra infração ao disposto pelo art. 40, X, da Lei n. 8.666/1993. O item serviço não é composto apenas pelo salário dos empregados, havendo outras variáveis que devem ser consideradas, como os custos diretos e indiretos incorridos pelo licitante, bem como sua margem de lucro. **Ou seja, estabelecer salário paradigma não seria fixação de preço mínimo, o que é vedado pela norma, pois o preço mínimo seria o todo, o item preço do serviço, comportando inúmeros subitens, enquanto o salário, no caso a remuneração a ser paga aos empregados contratados, seria uma das variáveis do preço do serviço.**

A definição de parâmetro salarial se fundamenta na escolha da melhor proposta e na satisfação do interesse público. A proposta mais vantajosa não significa apenas a de preço mais baixo, devendo-se considerar a tutela de outros valores jurídicos além do menor preço, como o atendimento ao princípio da eficiência.

O pagamento de salários inferiores ao convencionados coletivamente afeta a prestação dos serviços contratados e com riscos à qualidade dos serviços a serem prestados, pois não prestação dos serviços ou mesmo prestação deficitária estaria em choque com a satisfação do interesse público. *"Sob esse prisma, entendo que a qualidade e a eficiência dos serviços postos à disposição de órgãos públicos não podem ficar à mercê da política salarial das empresas contratadas"* (Acórdão n. 290/2006, Rel. Min. Augusto Nardes, Plenário, j. 15.03.2006).

Apesar disso, estabelecer valores salariais pela Administração não abre caminho para qualquer patamar. Permanece o Administrador obrigado a justificar os preços propostos, demonstrando-os



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo n.	10531/2023
Data de Início	19/05/2023
Folha	31
Rubrica	8

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

compatíveis com as especificidades dos serviços que serão prestados e com os profissionais que irão executá-los. Nesse sentido, o orçamento estimativo, às fls. 205, contempla as pesquisas de preço junto a fornecedores do ramo, em que se afere a compatibilidade entre os preços praticados e os serviços prestados.

Por fim, a fixação de salário a ser pago pela licitante não viola à competitividade do certame, visto que todas as empresas partiriam de um mesmo patamar para apresentar suas propostas, que poderiam se diferenciar no tocante aos demais custos incorridos pelo empregador e à margem de lucro que se dispusesse a aceitar na composição do preço do serviço. *"Por óbvio que nessas condições não haveria restrição à competitividade nem restaria prejudicada a possibilidade de seleção da proposta mais vantajosa, preservando-se, também, o interesse público, visto que por meio de um salário-paradigma poderiam ser contratados profissionais melhor qualificados"* (Acórdão n. 290/2006, Rel. Min. Augusto Nardes, Plenário, j. 15.03.2006).

Nesse sentido, citam-se os seguintes julgados:

... o juízo mais recente do Tribunal é de ser possível o estabelecimento de valores mínimos para os salários dos empregados, sem que ocorra, com isso, infração ao aludido dispositivo [Lei 8.666/93, art. 40, X], consoante o Voto condutor do Acórdão 256/2005-TCU-Plenário ...

[...]

9. A controvérsia a respeito do presente processo reside também, com efeito, na extensão e alcance da interpretação do que seriam os 'preços mínimos' vedados por imposição legislativa. Julgo que o tema comporta maiores esclarecimentos, como bem o fez o nobre Ministro Marcos Vinícios Vilaça, pela necessidade de distinção a ser realizada entre a proibição legal do estabelecimento de preço mínimo e a fixação de patamar salarial relativo a serviço a ser prestado em contrato de terceirização.

10. Em primeiro plano, cumpre observar que o conceito de preço mínimo é bastante restrito. Nos editais da Câmara dos Deputados examinados por ocasião da auditoria, trata-se do preço final ofertado pelo licitante, o qual, via de regra, é composto pelo salário do profissional que irá executar o serviço, pelos encargos legais pertinentes, custos incorridos e pela margem de lucro da empresa.

[...]

12. Ora, o item serviço não é composto apenas pelo salário do empregado. Há outras variáveis que devem ser consideradas, como os custos diretos e indiretos incorridos pelo licitante, e a sua margem de lucro. Nesse ínterim, entendo que a prefixação de remuneração pretendida por aquela Casa Legislativa poderia ocorrer por meio do ajuste de um 'salário-paradigma', a ser pago a determinado profissional, o que não significaria, a meu ver, a fixação de preço mínimo vedada pela norma. Preço mínimo seria o todo, o item preço do serviço a ser contratado, comportando outros subitens, enquanto que tal salário, neste caso a remuneração a ser paga pela contratada aos empregados, seria uma das variáveis do preço do serviço.

13. Há, contudo, outros pontos que devem ser considerados no presente julgamento, como aduzido pelo recorrente. Trata-se da questão da proposta mais vantajosa e a



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo n.	10531/2023
Data de Início	19/05/2023
Folha	32
Rubrica	

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

satisfação do interesse público. Reconheço que existe, sim, a possibilidade de aviltamento dos salários dos terceirizados e conseqüente perda de qualidade dos serviços, o que estaria em choque com satisfação do interesse público. Nesse aspecto, no caso de uma contratação tipo menor preço, em que as empresas mantivessem os profissionais pagando-lhes apenas o piso da categoria, entendo que não seria razoável considerar, apenas como vantagem a ser obtida pela Administração, o menor preço. Livres de patamares salariais, os empregadores, de forma a maximizar seus lucros, ofertariam mão-de-obra com preços de serviços compostos por salários iguais ou muito próximos do piso das categorias profissionais, o que, per se, não garantiria o fornecimento de mão-de-obra com a qualificação pretendida pela Administração. Sob esse prisma, entendo que a qualidade e a eficiência dos serviços postos à disposição de órgãos públicos não pode ficar à mercê da política salarial das empresas contratadas.

14. Assim, proposta mais vantajosa não significa apenas preço mais baixo. Há que se considerar a tutela de outros valores jurídicos além do menor preço, como, por exemplo, o atendimento ao princípio da eficiência. Nada obstante, devo destacar que tal condição não abre caminho para contratação por qualquer patamar, como já ressaltado por esta Corte. O administrador continua obrigado a justificar os preços a que se propõe ajustar, e a demonstrá-los compatíveis também com as especificidades dos serviços que serão prestados e com os profissionais que irão executá-los.

[...]

16. Retornando ao tema central, julgo que a fixação do salário a ser pago pela licitante também não se revestiria em obstáculo à competitividade do certame, visto que todas as empresas partiriam de um mesmo patamar para apresentar suas propostas, que poderiam estar diferenciadas no tocante a outros custos incorridos pelo empregador e à margem de lucro que este se dispuser a aceitar na composição do preço do serviço. Por óbvio que nessas condições não haveria restrição à competitividade nem restaria prejudicada a possibilidade de seleção da proposta mais vantajosa, preservando-se, também, o interesse público, visto que por meio de um salário-paradigma poderiam ser contratados profissionais melhor qualificados.

17. Também não se pode olvidar que não compete a esta Corte de Contas interferir em questões privadas, de empregado e empregador, notadamente no que toca às garantias trabalhistas ou acordos coletivos. Entretanto, este Tribunal não pode ignorar o princípio da eficiência e o interesse público presente na contratação de mão-de-obra qualificada e na necessidade de se coibir a danosa rotatividade de mão-de-obra que tantos transtornos têm causado à Administração, além da conseqüente responsabilização trabalhista que tem recaído sobre os órgãos públicos contratantes, em razão do abandono dos empregados por seus empregadores, sem o devido pagamento de seus direitos e encargos, dadas as características peculiares das contratações com fins de terceirização.

18. Ante as considerações apresentadas, julgo que a fixação do salário-paradigma, como por exemplo, os valores já pagos em contratação anterior como remuneração aos empregados, atualizados, por certo, de forma a manter o poder aquisitivo dos valores ao tempo das respectivas contratações, pode se constituir em um referencial, como mencionado pelo ilustre administrativista citado no presente Voto, servindo para balizar as ofertas dos licitantes e para garantir a



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo n.	10531/2023
Data de Início	19/05/2023
Folha	33
Rubrica	

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

continuidade, qualidade e eficiência dos serviços prestados. Vale também frisar que o salário-paradigma é relativo aos valores recebidos pelo mesmo trabalhador, ser humano, não se confundindo com um valor de referência para coisas ou bens, como, por exemplo, o item serviço de um edital de licitação.

[...]

21. Ao arrimo do ensinamento exposto, considero que o aludido dispositivo da Lei de Licitações (art. 40, inciso X) não deve ser aplicado *Stricto sensu*, vez que não se apresenta completo em seu enunciado, mas, antes, deve este Tribunal considerar a dimensão do princípio da eficiência, sua aplicação ao caso concreto e o interesse público.

Acórdão:

9.1. conhecer, em caráter excepcional, dos Embargos de Declaração, para, no mérito, dar-lhes provimento parcial;

9.2. incluir novo item 9.4 no Acórdão 2003/2005-TCU-Plenário, alterando a redação anterior, na forma a seguir, renumerando-se os demais:

"9.4. tornar insubsistente o item 1.1.1.6. do Acórdão 2884/2004-TCU-Primeira Câmara;"

(Acórdão n. 290/2006, Rel. Min. Augusto Nardes, Plenário, j. 15.03.2006) [Grifo nosso]

*

*

*

Para modelos de execução indireta de serviços, inclusive os baseados na alocação de postos de trabalho, se a categoria profissional requerida se encontra amparada por convenção coletiva de trabalho, ou outra norma coletiva aplicável a toda a categoria, determinando o respectivo valor salarial mínimo, esse pacto laboral deve ser rigorosamente observado nas licitações efetivadas pela Administração Pública e nas contratações delas decorrentes.

(Acórdão n. 614/2008, Rel. Min. Augusto Sherman, Plenário, j. 11.03.2008)

*

*

*

A fixação de remuneração mínima no edital somente é cabível, com restrições, nos casos de terceirização de mão de obra com alocação de postos de trabalho, sendo vedado tal procedimento quando os serviços prestados pelo contratado devam ser medidos e pagos por resultados.

(Acórdão n. 823/2014, Rel. Min. Ana Arrases, Plenário, j. 02.04.2014)

*

*

*

Em regra, é vedada a fixação de piso salarial mínimo para as contratações de serviços, admitindo-se a flexibilização de tal vedação em situações específicas.

(Acórdão n. 2799/2017, Rel. Min. Bruno Dantas, Plenário, j. 09.05.2017)



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo n.	10531/2023
Data de Início	19/05/2023
Folha	34
Rubrica	

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

* * *

É possível exigir piso salarial mínimo acima daquele estabelecido em convenção coletiva de trabalho, desde que o gestor comprove que os patamares fixados no edital da licitação são compatíveis com os preços pagos pelo mercado para serviços com tarefas de complexidade similar.

(Acórdão n. 2758/2018, Rel. Min. Bruno Dantas, Plenário, j. 28.11.2018)

* * *

Admite-se, na contratação por postos de serviço, a fixação de salários em valores superiores aos pisos estabelecidos em convenções coletivas de trabalho, desde que observados os seguintes requisitos: i) justificativa técnica de que os serviços demandam, por suas características e particularidades, a execução por profissional com nível de qualificação acima da média; e ii) realização de pesquisa de preços demonstrando a compatibilidade com os valores de mercado para contratações similares, ou seja, comprovação de que no mercado existe tal distinção salarial em função da qualificação do trabalhador.

(Acórdão n. 1097/2019, Rel. Min. Bruno Dantas, Plenário, j. 15.05.2019)

* * *

Admite-se, na contratação por postos de serviço, a fixação de salários em valores superiores aos pisos estabelecidos em convenções coletivas de trabalho, desde que observados os seguintes requisitos: i) justificativa técnica de que os serviços demandam, por suas características e particularidades, a execução por profissional com nível de qualificação acima da média; e ii) realização de pesquisa de preços demonstrando a compatibilidade com os valores de mercado para contratações similares, ou seja, comprovação de que no mercado existe tal distinção salarial em função da qualificação do trabalhador.

(Acórdão n. 2963/2019, Rel. Min. Weder de Oliveira, Plenário, j. 04.12.2019)

* * *

Admite-se, na contratação por postos de serviço, a fixação de salários em valores superiores aos pisos estabelecidos em convenções coletivas de trabalho, desde que observados os seguintes requisitos: i) justificativa técnica de que os serviços demandam, por suas características e particularidades, a execução por profissional com nível de qualificação acima da média; e ii) realização de pesquisa de preços demonstrando a compatibilidade com os valores de mercado para contratações similares, ou seja, comprovação de que no mercado existe tal distinção salarial em função da qualificação do trabalhador.

(Acórdão n. 2101/2020, Rel. Augusto Nardes, Plenário, j. 12.08.2020)

* * *



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo n.	10531/2023
Data de Início	19/05/2023
Folha	35
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

É possível exigir piso salarial mínimo acima daquele estabelecido em convenção coletiva de trabalho, desde que o gestor comprove que os patamares fixados no edital da licitação são compatíveis com os preços pagos pelo mercado para serviços com tarefas de complexidade similar.

(Acórdão n. 5279/2020, Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, Plenário, j. 05.05.2020)

No que se refere à indicação de quantitativo de nutricionistas, sustenta a impugnante que o rol de obrigações indicadas provocaria ônus financeiro, visto que os custos não estariam contemplados. De modo diverso ao apontado pela impugnante, a exigência de nutricionista observa parâmetros legais de controle dos serviços que serão executados, de acordo com as normas exaradas pelo Conselho Federal de Nutrição.

De acordo com o art. 12, da Resolução CFN n. 465, de 23 de agosto de 2010, que dispõe sobre as atribuições do nutricionista, no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE), quando a produção de alimentos for terceirizada, a empresa prestadora dos serviços deverá observar as normas emitidas pelo CFN para área de alimentação coletiva.

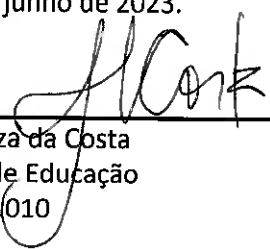
Art. 12. Quando a produção de refeições destinadas ao atendimento da clientela atendida pelo PAE for terceirizada, a empresa prestadora de serviços deverá obedecer às normas específicas baixadas pelo CFN para a área de alimentação coletiva (concessionárias), devendo a Entidade Executora manter o nutricionista responsável técnico (RT) e demais nutricionistas, que, além das atribuições previstas nesta Resolução, supervisionarão as atividades desenvolvidas pela empresa.

Nesse sentido, de acordo com o disposto pelo art. 2º, I c/c art. 3º, todos da Resolução CFN n. 600, de 25 de fevereiro de 2018, deve a futura contratada observar a necessidade de manutenção de nutricionista, com vistas ao controle e aferição da regularidade dos serviços prestados, por enquadrar-se dentro do escopo de incidência da norma.

Pode-se inferir, portanto, que a realização de acompanhamento por nutricionista não constitui custo adicional a ser repartido com a Administração Pública Municipal, por se tratar de serviço vinculando à prestação dos serviços principais.

Portanto, em razão do exposto e em consonância com os apontamentos firmados pela Comissão Permanente de Licitação e pela Procuradoria Geral do Município, **indefere-se a impugnação interposta pela empresa JAS SERVIÇOS DE APOIO EIRELLI-ME.**

Maricá, 6 de junho de 2023.



Adriana Luiza da Costa
Secretária de Educação
Mat. n. 106.010